SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

06/10/2015 - Sinttel-ES

Sinttel fará processos de desaposentação

O trabalhador aposentado, filiado ao SINTTEL poderá entrar com uma ação judicial pleiteando a desaposentação.

A Medida Provisória (MP) nº 676/15, editada pela presidenta Dilma Rousseff, aprovada dia 30 de setembro de 2015 pelo Plenário da Câmara dos Deputados e que permite a aposentadoria no Regime Geral da Previdência Social pela regra conhecida como 85/95, também contempla a desaposentação. O Senado ainda precisa votar essa MP.

O deputados federais aprovaram, por 174 votos a 166, a emenda do deputado Rubens Bueno (PPS-PR) à MP 676/15 que inclui na lei o dispositivo da "desaposentação" — o recálculo da aposentadoria após o/a trabalhador/a ter continuado a trabalhar e contribuir com o INSS por mais de 60 meses, depois de se aposentar.

Após esse prazo, ele poderá pedir o recálculo da aposentadoria levando em consideração as contribuições que continuou a fazer, permitindo aumentar o valor do benefício.

A emenda, se aprovada pelo Senado, beneficiará em torno de 500 mil aposentados que trabalham e recebem mais que um salário mínimo e contribuem com o INSS. No total, cerca de 4 milhões de aposentados continuam no mercado de trabalho, mas a esmagadora maioria ganha um salário mínimo.

A troca de aposentadoria foi incluída, mediante emenda, no projeto de lei de conversão da comissão especial da Medida Provisória, que permite, até 2018, a aposentadoria no Regime Geral da Previdência Social pela regra alternativa conhecida como 85/95.

A medida provisória segue agora para votação no Senado e terá que ser votada até o dia 15/10, para não perder sua validade.

Luta antiga

Desde 2003, o Supremo Tribunal Federal (STF) está com o julgamento parado de um recurso sobre o tema. Até o momento, a decisão está empatada, com dois ministros favoráveis ao mecanismo e outros dois, contrários.

Mais de 70 mil ações tramitam nos tribunais, mas a palavra final será do Supremo Tribunal Federal (STF), que tem dois recursos para julgar sobre o assunto. Os ministros daquela Corte, entretanto, aguardavam por uma posição do Congresso Nacional, e essa posição ocorreu agora com a aprovação do tema na Câmara Federal.

No STF, a votação de um dos recursos sobre o tema, não foi concluído e se encontra empatado em 2 a 2, mas a ministra Rosa Weber pediu vista do processo sobre desaposentação em outubro de 2014 e ainda não revelou seu voto. Agora, resta a votação no Senado, na próxima semana.

SINTTEL-ES está pronto para ingressar com ações de associados

O trabalhador aposentado, filiado ao SINTTEL poderá entrar com uma ação judicial pleiteando a desaposentação.

O escritório de Advocacia contratado pelo Departamento Jurídico do Sinttel fará os cálculos para saber se vale à pena em cada caso. Para isso, o interessado deve pegar no INSS o CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais), os documentos pessoais (CTPS e CPF) e comprovante de residência e levar até o escritório de Advogacia Joaquim Silva, para fazer os cálculos.

A pessoa que passou a ganhar muito menos após a aposentadoria normalmente não vale a pena, pois o cálculo é feito com 80% das maiores contribuições após 1995. De qualquer forma, o cálculo deve ser feito para ver se vale a pena.

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

CNIS -Cadastro Nacional de Informações Sociais

Carta de Concessão de aposentadoria (INSS)

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

CPF – Cadastro de Pessoa Física (Ministério da Fazenda)

Comprovante de Endereço.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

05/10/2015 - Telesíntese

Berzoini ficará com articulação política, microempresa e gerenciamento de crise

A presidente Dilma Rousseff editou hoje,05, Medida Provisória 696, que faz as mudanças administrativas anunciadas na sexta-feira passada. A secretaria de Governo, que será ocupada por Ricardo Berzoini, que deixa hoje o cargo de Ministro das Comunicações, terá um amplo espectro de atuação, inclusive o da segurança da informação.

A presidente Dilma Rousseff editou hoje,05, Medida Provisória 696, que faz as mudanças administrativas anunciadas na sexta-feira passada. A secretaria de Governo, que será ocupada por Ricardo Berzoini, que deixa hoje,05, o cargo de Ministro das Comunicações, terá um amplo espectro de atuação, inclusive o da segurança da informação.

As atribuições da Secretaria de Governo, estrutura que foi criada agora para ser ocupada por Ricardo Berzoini são as seguintes:

1) coordenação política do Governo federal;

2) condução do relacionamento do Governo federal com o Congresso Nacional e com os partidos políticos;

3) interlocução com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

4) prevenção da ocorrência e na articulação do gerenciamento de crises, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional;

5) coordenação das atividades de inteligência federal e de segurança da informação;

6) formulação da política de apoio à microempresa, à empresa de pequeno porte e ao artesanato; e

7) no exercício de outras atribuições que lhe forem designadas pelo Presidente da República.

Embora a posse de André Figueiredo já tenha acontecido nesta segunda-feira, a transmissão do cargo acontece amanhã, 06, às 15h, em Brasília.

06/10/2015 - Telesíntese

Anatel prorroga consulta do regulamento de acessibilidade

A Anatel prorrogou para até o dia 17 deste mês o prazo para contribuições à proposta de Regulamento Geral de Acessibilidade em Telecomunicações, em consulta pública desde o dia 3 de agosto. Os pedidos de prorrogação foram apresentados pela Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA) e pela Claro e aprovados parcialmente por meio do circuito deliberativo. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União nesta segunda-feira, 5.

O regulamento proposto tem por objetivo estabelecer regras que proporcionem às pessoas com deficiência a fruição de serviços de telecomunicações e a utilização de equipamentos de telecomunicações em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, por meio da supressão das barreiras à comunicação e informação, ou seja, procura resguardar e reforçar os direitos das pessoas com deficiência, entre eles o direito à acessibilidade, à isonomia e ao atendimento especializado e individualizado.

Entre as exigências está a oferta de planos de serviço específicos para pessoas com deficiência auditiva; a existência de mecanismos de interação com o consumidor que atendam as expectativas das pessoas com deficiência; a existência de atendimento especializado; e disponibilização de site acessível. Outra previsão é o estímulo à modernização dos orelhões adaptados para pessoas com deficiência auditiva por meio de recursos como videochamadas, envio e recebimento de mensagens, acesso à internet diretamente pelo terminal ou por meio de conexão sem fio, observados os avanços tecnológicos.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

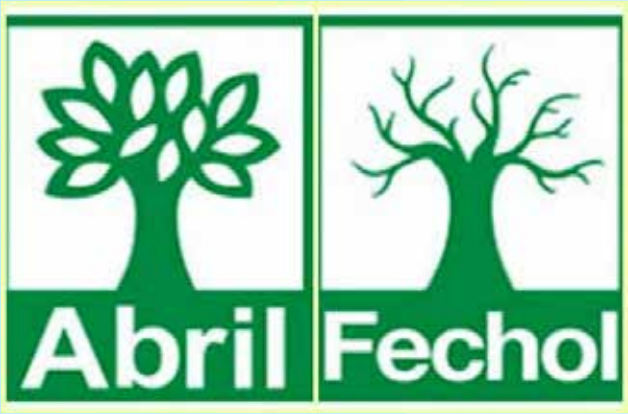
Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

05/10/2015 - Vermelho

Paulo Nogueira: A morte das revistas semanais brasileiras

É a morte do jornalismo semanal. E uma morte infame, desonrosa, suja. Tantas revelações em torno de Eduardo Cunha com suas contas na Suíça, e nenhuma revista semanal o deu na capa. Que ele precisaria fazer para ir para a capa da Veja, da Época e da IstoÉ?



A mídia fala tanto em corrupção, e quando aparece um caso espetacular destes finge que não viu.

É uma amostra do que a imprensa sempre faz quando se trata de político amigo: joga a corrupção para baixo no tapete.

Isto se chama manipulação.

O brasileiro ingênuo é, simplesmente, ludibriado. Depois, corre para as redes sociais para vomitar as besteiras que leu na imprensa.

Durante a semana a mesma coisa ocorrera com os jornais. Eles esconderam o caso Cunha.

Fernando Morais comentou as capas logo na manhã de sábado. Notou, com razão, que parte disso é culpa do próprio PT por ter enchido de dinheiro público empresas de mídia que desinformam e não hesitam em sabotar a democracia quando sentem que seus inumeráveis privilégios correm risco.

As capas das revistas semanais e as primeiras páginas dos jornais nestes dias demonstram que, na prática, existe um monopólio na mídia brasileira.

São quatro ou cinco famílias, e na verdade uma só voz.

Não fosse a mão invisível do mercado, para usar a grande expressão de Adam Smith, e o poder das grandes corporações jornalísticas seria um obstáculo formidável ao avanço social brasileiro.

Mas a mão invisível trouxe a internet, e com ela um jornalismo que se contrapõe ao gangsterismo editorial das grandes corporações.

Fazer jornais e revistas de papel é coisa para grandes empresas, pelo tamanho dos investimentos necessários.

Mas montar um site é barato. Você não tem que imprimir sua publicação em gráficas, pagar uma distribuidora, comprar papel em fábricas finlandesas e coisas do gênero.

Seu custo é infinitamente mais baixo.

Paralelamente, a voz única das grandes corporações abre um espaço enorme para visões de mundo diferentes.

Foi assim que surgiu e floresceu, na internet, um jornalismo dissidente vital para a democracia nacional.

Considere: sob Getúlio e Jango, vítimas da imprensa, não houve contraponto à narrativa golpista da imprensa.

(Getúlio, um homem de visão, tentou resistir aos barões da imprensa com a criação de um jornal, a Última Hora, mas era quase nada diante da avalanche dos grandes jornais.)

Avalie como seriam as coisas sem o contraponto dos sites independentes.

O caso Eduardo Cunha mostra muitas coisas, e não apenas sobre a mídia. Estampa a parcialidade da Justiça e da Polícia Federal, também.

Cunha tinha que estar dedicando todo o seu tempo a se defender das acusações terríveis que pairam sobre ele.

Em vez disso, trama a derrubada de Dilma como se não tivesse nada além do impeachment em sua agenda.

Ele só faz isso porque sabe que goza de ampla proteção.

Essa proteção ficou grotescamente evidente neste final de semana, nas bancas brasileiras, com as capas das revistas semanais.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

06/10/2015 - Convergência Digital

André Figueiredo começa a fazer mudanças nas Comunicações

O novo ministro das Comunicações, André Figueiredo, já começa a fazer mudanças na pasta. Até aqui, o único confirmado é Francisco José Pontes Ibiapina, que será o secretario executivo – ele ocupava o mesmo posto no Ministério do Trabalho.

Ibiapina assume no lugar de Luiz Antonio Azevedo (que deve seguir com Ricardo Berzoini para a Secretaria de Governo). Ainda nesta segunda, antes da cerimônia de assinatura da posse, no Planalto, Figueiredo esteve no Minicom e começou a conhecer como funciona a pasta.

As mudanças não devem parar aí. No ministério, o movimento é de procura por novos pousos no governo. O próprio André Figueiredo reconheceu que vai avaliar nomes para substituir os atuais. "Deve ter mudanças, mas vamos primar pela meritocracia. Vamos pegar pessoas que realmente conhecem o assunto", afirmou.

O novo ministro das Comunicações não sabe, por enquanto, se as mudanças chegarão também à Telebras. "Vou conversar com Jorge Bittar [o atual presidente da estatal vinculada ao Minicom]. Gosto muito dele pessoalmente, talvez não haja mudança", disse Figueiredo.

Sobre o novo cargo, o ministro destacou dois pontos: a revisão do marco legal das comunicações e a implementação de um novo programa de inclusão digital, conforme prometido pela presidenta durante a campanha eleitoral no ano passado.

"O Brasil precisa aperfeiçoar a legislação de telecomunicações", disse André Figueiredo. O novo ministro, no entanto, foi tão cauteloso sobre o tema quanto seus antecessores. "Antes de levarmos qualquer projeto [ao Congresso Nacional], vamos discutir", emendou.

Figueiredo reconheceu que no caso da ampliação do acesso à internet, há dificuldades orçamentárias mas também um compromisso da presidenta. "Precisamos implementar e a presidenta garantiu que vai nos ajudar", disse o novo ministro das Comunicações.

"O plano de banda larga foi algo que ela mencionou quando ela nos convidou [para o ministério]. Lógico que a gente sabe das dificuldades pelas quais o Brasil passa hoje, mas temos que buscar inovação. Vamos ter que buscar soluções que possibilitem implementar algo que ela prometeu na campanha que faria", afirmou.